

SUMÁRIO

Os autores	5
Lista de abreviaturas e siglas	15
Apresentação	17

| PARTE I | QUESTÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I	
FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO	21
<i>Marilei Fortuna Godoi</i>	
Introdução	21
1. Aspectos gerais da Lei de Execuções Fiscais	21
2. Formação do título executivo	22
2.1. Dívida ativa tributária	25
2.2. Dívida ativa não tributária	26
3. O procedimento administrativo acerca do crédito tributário a partir de sua constituição até a inscrição em dívida ativa	30
4. Certidão de Dívida Ativa e o ajuizamento da execução fiscal	40
CAPÍTULO II	
DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL	49
<i>Eduardo Rauber Gonçalves</i>	
Introdução	49
1. Da normatividade específica da execução fiscal	50
2. Competência Material – Ente da Federação e a Questão da Competência Delegada (art. 109, § 3º, da CF)	50
3. Competência Territorial – Regra Geral – Domicílio do Executado	53
4. Questões Específicas relativas à Competência em Execução Fiscal	58
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal	58
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal	60
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004	61
4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral	62
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal	62
4.6. Juizados Especiais Federais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais	64
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN)	64

4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência.....	65
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão e art. 106 do CPC.....	65
5. Execução Fiscal Administrativa (Projeto de Lei nº 5.080/2009).....	67

CAPÍTULO III

LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL: FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE E DEVEDOR OU RESPONSÁVEL EXECUTADO.....

João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri

Introdução	69
1. Legitimidade ativa.....	70
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal.....	71
1.2. Execuções fiscais de multas criminais	75
1.3. Execuções de multas impostas pelo Tribunal de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal	76
1.4. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil	78
1.5. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	80
1.6. Execuções para cobrança de créditos do Simples Nacional.....	81
2. Legitimidade passiva: devedor ou responsável.....	82
2.1. Devedor.....	88
2.2. Responsável.....	88
2.3. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica.....	90
2.4. Ilegitimidade passiva da Fazenda Pública nos processos de execução fiscal	91

CAPÍTULO IV

PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS DOS ENTES PÚBLICOS E PRERROGATIVAS JUDICIAIS DOS SEUS PROCURADORES.....

Luiz Henrique Teixeira da Silva

1. Introdução.....	95
2. Dos privilégios e garantias dos créditos públicos.....	96
2.1. Do privilégio do crédito público na falência.....	102
2.2. Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos	107
2.3. Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público nos concursos.....	111

3. Das garantias dos créditos públicos.....	119
4. Das prerrogativas judiciais dos procuradores públicos na execução fiscal	126

| PARTE II |

DO PROCEDIMENTO EM CONTRADITÓRIO**CAPÍTULO V****DAS INDISPONIBILIDADES E RESTRIÇÕES**

PATRIMONIAIS PREPARATÓRIAS À PENHORA	133
---	------------

Luiz Henrique Teixeira da Silva

Introdução	133
1. Do arrolamento fiscal.....	133
2. Da ação cautelar fiscal	136
3. Do arresto.....	140
4. Da averbação premonitória.....	143
5. Da indisponibilidade de bens e direitos constante no artigo 185-A do CTN	145

CAPÍTULO VI

CITAÇÃO DO RÉU NA EXECUÇÃO FISCAL	149
--	------------

Marcos Paulo Sandri

Introdução	149
1. Despacho do juiz – efeitos quanto à prescrição	150
2. Pessoas que podem ser citadas	155
2.1. Pessoas físicas	155
2.2. Pessoas jurídicas	155
2.3. Espólio, inventariante e administrador provisório	157
2.4. Sucessores	158
2.5. Massa Falida.....	159
3. Modalidades de citação	159
3.1. Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento.....	159
3.2. Citação por mandado	162
3.3. Citação por edital.....	163
3.4. Citação por hora certa.....	167

CAPÍTULO VII**FORMALIDADES E PROCEDIMENTO NA APRESENTAÇÃO**

DE BENS PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL	169
---	------------

João Aurino de Melo Filho

Introdução	169
1. Ordem legal de preferência e liquidez como requisito para aceitação de bens oferecidos à penhora.....	172
2. Formalidades na indicação à penhora de bem imóvel.....	177
3. Indicação à penhora de bem de terceiro	178
4. Depósito judicial em dinheiro como garantia da dívida	180

5. Requisitos para oferecimento e aceitação da fiança bancária	183
5.1. Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: distinções	188
5.2. Fiança bancária e parcelamento do débito	190

CAPÍTULO VIII

PENHORA E AVALIAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	193
---	-----

Marcos Paulo Sandri

Introdução	193
1. Bens penhoráveis.....	194
2. Ordem de preferência da penhora.....	197
3. Procedimento da penhora.....	200
3.1. Lavratura do auto ou termo de penhora	200
3.2. Intimação da penhora.....	201
3.3. Avaliação dos bens penhorados.....	203
3.4. Registro da penhora.....	204
3.5. Remoção dos bens penhorados.....	207
3.6. Substituição da penhora.....	208
4. Espécies de penhora.....	210
4.1. Penhora sobre dinheiro – penhora <i>on line</i>	210
4.2. Penhora sobre imóveis e veículos.....	213
4.3. Penhora no rosto dos autos.....	214
4.4. Penhora sobre o faturamento	215

CAPÍTULO IX

FRAUDE À EXECUÇÃO	219
--------------------------------	-----

Marilei Fortuna Godoi

Introdução	219
1. Aspectos gerais do instituto.....	219
2. Distinção da fraude à execução em relação à fraude contra credores	226
3. Pressupostos legais	228
4. Procedimento.....	230
5. Presunção aplicada ao instituto e o ônus de prova sob o enfoque jurisprudencial da Corte Especial	232
6. Análise da Súmula 375 do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa	236
Conclusão	238

CAPÍTULO X

MODIFICAÇÕES NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL: CONSEQUÊNCIAS DA FALÊNCIA, DA MORTE, DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA E DA SUCESSÃO EMPRESARIAL NO PROCESSO EXECUTIVO	241
---	-----

João Aurino de Melo Filho

Introdução	241
1. Falecimento do réu durante o processo de execução fiscal	247
2. Execução fiscal contra massa falida	254
2.1. Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios	261
2.2. Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal contra massa falida	265
3. Responsabilização pessoal dos sócios com poderes de gerência nos casos de dissolução irregular da sociedade	267
3.1. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador	272
3.2. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária	275
3.3. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular	276
4. Sucessão empresarial: responsabilidade do sucessor	283
4.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina	285
4.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina	287

CAPÍTULO XI**EXPROPRIAÇÃO DO BEM PENHORADO** 291*Leonardo Munareto Bajerski*

Introdução	291
1. Adjudicação e outras formas de expropriação dos bens penhorados	292
2. Alienação por iniciativa particular	296
3. Arrematação. Procedimento da arrematação	298
3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação	304

CAPÍTULO XII**SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL** 307*Marcelo Polo*

Introdução	307
1. A suspensão da execução em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário	308
1.1. O parcelamento e a moratória	310
1.2. O depósito do montante integral do tributo em juízo	312
1.3. A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais	317
2. A suspensão da execução em razão de causas suspensivas processuais	322
2.1. A suspensão em razão da condição das partes e da sua representação em juízo	322
2.2. A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador	324

2.3. A suspensão em razão de ajuste entre as partes.....	327
2.4. A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis	328
2.5. A suspensão em razão de eventos processuais com efeito suspensivo.....	336
3. A suspensão em razão da falência da empresa	338
4. O prazo máximo de suspensão: ajuste entre as partes x parcelamento	339
5. A suspensão do processo não impede a adoção de medidas cautelares	340
6. A suspensão em razão do valor do crédito	342

CAPÍTULO XIII

EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

343

Marcelo Polo

Introdução	343
1. Extinção própria.....	345
1.1. A satisfação voluntária.....	345
1.1.1. O pagamento	346
1.1.2. A compensação.....	346
1.1.3. A transação.....	353
1.1.4. A consignação em pagamento.....	353
1.1.5. A dação em pagamento de bens imóveis	353
1.1.6. A quitação do parcelamento	354
1.2. A satisfação involuntária	355
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro.....	355
1.2.2. Por meio da adjudicação.....	356
2. Extinção imprópria.....	356
2.1. O reconhecimento da extinção do crédito tributário pela decadência e prescrição.....	356
2.1.1. A prescrição intercorrente.....	357
2.2. A extinção sem julgamento de mérito por questões processuais.....	371
2.2.1. O abandono de causa.....	372
2.2.2. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar.....	374
2.3. A extinção pela remissão.....	375
3. A natureza da sentença extintiva da execução fiscal e a coisa julgada.....	376
4. As custas e despesas processuais a cargo da Fazenda Pública em caso de extinção da execução fiscal	379

| PARTE III | DA DEFESA DO EXECUTADO

CAPÍTULO XIV

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

383

Augusto Newton Chucri

1. Introdução.....	383
--------------------	-----

2. Natureza Jurídica	384
3. Cabimento.....	385
4. A Garantia do Juízo. Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal	387
4.1. Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	387
5. Tempestividade da oposição	389
5.1. Marco inicial da contagem do prazo para embargar.....	389
5.2. Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos.....	390
5.3. Prazo para embargar nos casos de execução por carta	391
5.4. Reabertura do prazo para Embargos.....	391
6. Efeito suspensivo dos Embargos. Aplicação subsidiária do CPC	392
6.1. Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais	393
6.2. Nova tendência: não aplicação do art. 739-A do CPC em virtude da sistemática da LEF.....	394
6.3. Recurso da decisão que suspende ou não suspende o curso da execução....	395
7. A Amplitude da discussão em sede de Embargos	396
7.1. A amplitude máxima dos Embargos.....	396
7.2. Matérias vedadas em sede de Embargos.....	397
7.3. Não cabimento da Reconvencção e limitação do uso das Exceções.....	399
8. A concessão de Liminar em Embargos.....	399
9. A Condenação das Partes em Honorários.....	401
9.1. A Condenação da Fazenda Embargada	402
9.2. A Condenação do Embargante	403
10. As Provas a serem produzidas. A obrigação do Embargante em produzir provas.....	404
11. A Ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da Revelia.....	405
12. A sentença dos Embargos.....	406
12.1. Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal.....	407
12.2. O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução	408

CAPÍTULO XV

AÇÃO ANULATÓRIA COMO MEIO DE DEFESA

EM FACE DA EXECUÇÃO FISCAL

409

João Aurino de Melo Filho

Introdução

409

1. Ação anulatória, ação declaratória e ação de restituição de indébito: distinções	411
2. Competência.....	414
3. Ação anulatória e embargos à execução fiscal	417
4. Prescrição.....	421
5. Depósito preparatório e suspensão da execução fiscal.....	423

6. Processamento e julgamento	429
7. Honorários	430
8. Cautelar de caução e ação anulatória com apresentação de garantia idônea.....	431

CAPÍTULO XVI

EMBARGOS DE TERCEIRO EM EXECUÇÃO FISCAL	435
--	------------

Eduardo Rauber Gonçalves

Introdução	435
1. Conceito e natureza	436
2. Competência.....	437
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF).....	437
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF).....	438
2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 747 do CPC).....	439
3. Legitimidade Ativa.....	440
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 1.046, § 1º, do CPC).....	441
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007	441
3.2. Legitimidade do Cônjuge (art. 1.046, § 3º, do CPC).....	443
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista	448
3.4. Legitimidade do credor hipotecário, pignoratício e anticrético (art. 1.047, II, do CPC).....	449
4. Legitimidade Passiva	450
5. Valor da causa	450
6. Procedimento.....	452
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 1.048 do CPC).....	452
6.2. Efeitos da propositura (art. 1.052 do CPC) e provimento liminar (artigos 1.050 e 1.051 do CPC)	454
6.3. Prazo para impugnação (art. 1.053 do CPC).....	455
6.4. Limitação do conteúdo da contestação	455
6.5. Mérito dos embargos de terceiro.....	457
6.6. Honorários advocatícios	458

CAPÍTULO XVII

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	459
---	------------

Leonardo Munareto Bajerski

Introdução	459
1. Conceito, histórico e natureza jurídica da exceção de pré-executividade.....	460
2. Objeto (algumas hipóteses de cabimento).....	463
3. Procedimento.....	465
4. Cabimento de honorários: contra e a favor	468